

Capítulo 2

Indicadores sobre o contributo económico potencial da emigração

Inês Vidigal

(Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa)

O debate em torno do número de emigrantes portugueses no mundo parece estar sanado. Uma série de fontes estatísticas oferecem-nos, hoje, informações mais ou menos aproximadas sobre o número a que nos podemos referir. Contudo, o mesmo não acontece quando queremos contabilizar a diáspora portuguesa. Não há qualquer fonte estatística oficial que arrisque estimar, sequer, um número para quantificar esta população, talvez porque o próprio conceito de diáspora está em constante evolução e tem diferentes significados para diferentes atores (políticos, académicos, ou próprias comunidades).

Diversas são as tentativas de definir diáspora. Entre elas encontram-se a de Cohen (1997), que define diáspora combinando o ponto de vista territorial com uma categorização, dividindo-a em distintos tipos: diásporas laborais, de que são exemplo os indianos no estrangeiro, diásporas provenientes dos antigos impérios, por exemplo, a britânica, diásporas mercantis ou económicas, como a chinesa e libanesa, e a diáspora cultural, de que o grande exemplo é o caso das Caraíbas. Nicholas van Hear (1998) sugere três critérios mínimos para a definição de diáspora: a presença no estrangeiro é duradoura, embora o exílio não seja necessariamente permanente podendo incluir movimentos entre o país de origem e o país de acolhimento; a persistência da presença no estrangeiro, embora o exílio não seja necessariamente permanente, uma vez que os movimentos entre o país de origem e o país de acolhimento podem desenvolver-se; e algum tipo de intercâmbio — social, económico, político ou cultural — entre as populações espacialmente separadas que compõem a diáspora. Brubaker (2005) sugere uma abordagem diferente, em que a diáspora é tratada como uma língua, uma posição e uma reivindicação e não como uma entidade limitada:

As idiom, stance, and claim, diaspora is a way of formulating the identities and loyalties of a population. Those who do the formulating may themselves be part

of the population in question; or they may be speaking in the name of the putative homeland state. In either case, though, not all those who are claimed as members of putative diasporas themselves adopt a diasporic stance.

Já Gamlen (Vidigal, 2021) defende que, em última instância, aqueles que são membros de uma diáspora ou que se consideram membros de uma devem ter uma palavra a dizer sobre a definição da mesma.

Perante definições tão distintas e um conceito em permanente evolução, torna-se difícil medir possíveis contributos económicos potenciais destas comunidades. Assim, e dada a fraca informação estatística disponível, este capítulo centra-se apenas na tentativa de perceber o papel que a emigração portuguesa poderá ter na economia do país de origem, analisando, para tal, a evolução de quatro indicadores: remessas dos emigrantes, empréstimos concedidos a emigrantes por bancos portugueses, depósitos de emigrantes em bancos portugueses e a taxa de depósitos de emigrantes.

Breve caracterização da emigração portuguesa recente

Segundo as últimas estimativas das Nações Unidas, em 2019 havia 2,631,559 emigrantes nascidos em Portugal, o que representava um aumento de 7% em relação a 2015. Desde 1990 que a maioria dos emigrantes portugueses residem no continente europeu, seguindo-se o continente americano, o africano, o asiático e, por fim, a Oceânia. Em 2019, esta distribuição mantinha-se, com 57% dos emigrantes a viverem na Europa e 40% no continente americano.

Quanto à distribuição por sexo, ainda segundo as estimativas das Nações Unidas, de 1990 a 2010 o *stock* de emigrantes foi maioritariamente masculino, sempre superior a 51% do total. Porém, nos últimos dois anos com dados disponíveis, 2015 e 2019, verifica-se uma alteração neste padrão: 50.8% dos emigrantes portugueses são do sexo feminino.

De acordo com a análise realizada por Pires *et al.* (2015) dos dados disponíveis para o conjunto dos países da OCDE, relativos aos censos de 2000/01 e 2010/11, verificava-se que a população emigrada continuava a ser predominantemente constituída por indivíduos em idade ativa, existindo, no entanto, uma tendência para o envelhecimento da população portuguesa emigrada, sobretudo em países do continente americano. Este envelhecimento justificava-se essencialmente por o crescimento da emigração ser insuficiente para compensar a redução verificada entre 1974 e finais do século XX.

Centrando-nos nas qualificações da população portuguesa emigrada, esta continuava a ser maioritariamente composta por ativos pouco qualificados. A par do predomínio de uma população ativa com baixas e muito baixas

qualificações, observava-se também um crescimento significativo da proporção dos mais qualificados: a percentagem de portugueses emigrados com formação superior a residir nos países da OCDE passou, entre 2001 e 2011, de 6% para 11%, o que acompanhou o aumento do número de população portuguesa a residir no país com formação superior. Existem, no entanto, diferenças significativas entre as populações de portugueses emigrados nos diferentes países de destino, sobretudo entre destinos de nova e velha emigração. Em países como o Reino Unido e a Noruega, considerados de nova emigração, residiam, em 2010/11, 38% e 40%, respetivamente, de emigrantes portugueses com o ensino superior. Já em países considerados de velha emigração, como França e Canadá, mais de metade dos emigrantes portugueses residentes tinham muito baixas qualificações: em 2010, 70% em França e 53% no Canadá, tinham, no máximo, o ensino básico.

No que se refere às profissões, em 2010/11, no conjunto dos países da OCDE eram sobretudo nas menos qualificadas que os emigrantes portugueses mais estavam representados. O grupo “operários, artífices e trabalhadores similares” representava 25% da população emigrada, ao qual se seguia, com 24%, os “trabalhadores não qualificados” e 14% trabalhavam nos setores dos serviços e vendas. Apenas 5% ocupavam cargos de chefia e direção e outros 5% eram especialistas das atividades intelectuais e científicas.

Em termos de fluxos, segundo os dados do Observatório da Emigração, em 2019 a emigração portuguesa dava indícios de tender a estabilizar, depois de ter decrescido cinco anos consecutivos, na sequência da superação da crise de 2010-13. A evolução do fluxo da emigração portuguesa nos anos 2000 explica-se sobretudo pelas mudanças na situação económica de Portugal (Pires *et al.*, 2020). Ao longo deste século facilmente se correlaciona a evolução da emigração portuguesa com os aumentos da taxa de desemprego e, conseqüentemente, com a diminuição da taxa de emprego. Verifica-se assim, que a descida observada depois do pico de emigração em 2013 esteve correlacionada com a retoma da economia portuguesa, sobretudo no plano da criação de emprego, mas também com a redução da atração de países de destino como o Reino Unido, devido ao efeito Brexit, e Angola, devido à crise económica desencadeada com a desvalorização dos preços do petróleo (Pires *et al.*, 2020).

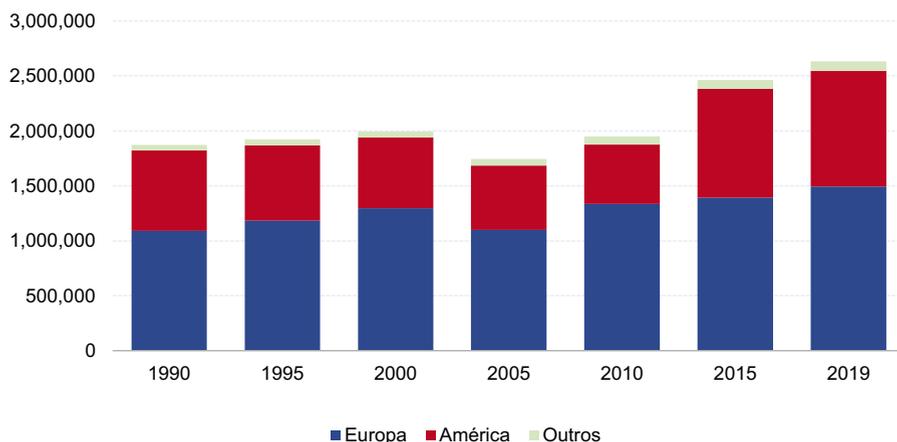


Gráfico 2.1 Estimativa do número total de emigrantes portugueses (*stock*): nascidos em Portugal a residir no estrangeiro, por continente, 1990-2019

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019).

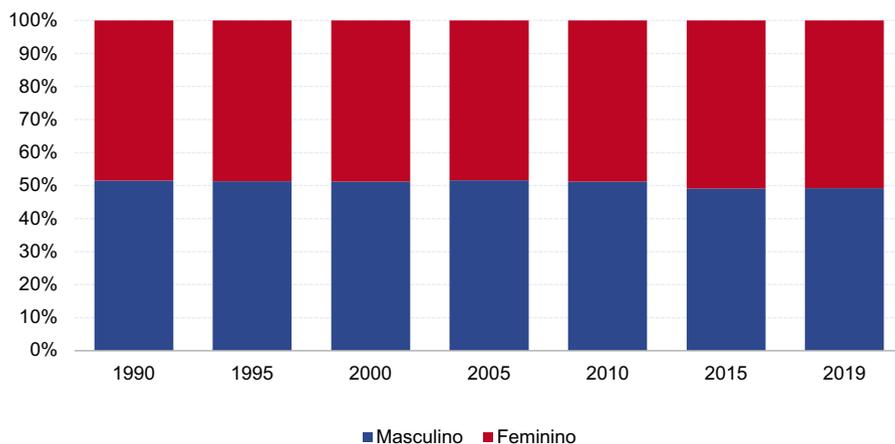


Gráfico 2.2 Estimativa do número total de emigrantes portugueses (*stock*): nascidos em Portugal a residir no estrangeiro, por sexo, 1990-2019

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019).

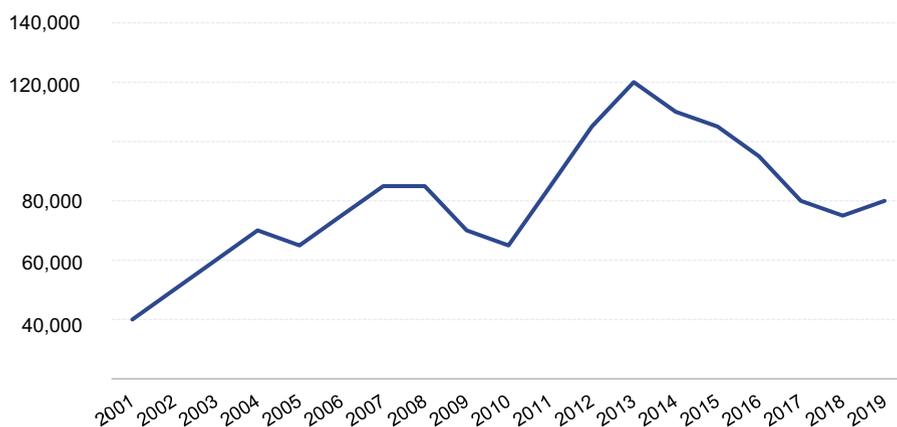


Gráfico 2.3 Estimativa das saídas totais de emigrantes portugueses, 2001-2019

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração com base nos dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

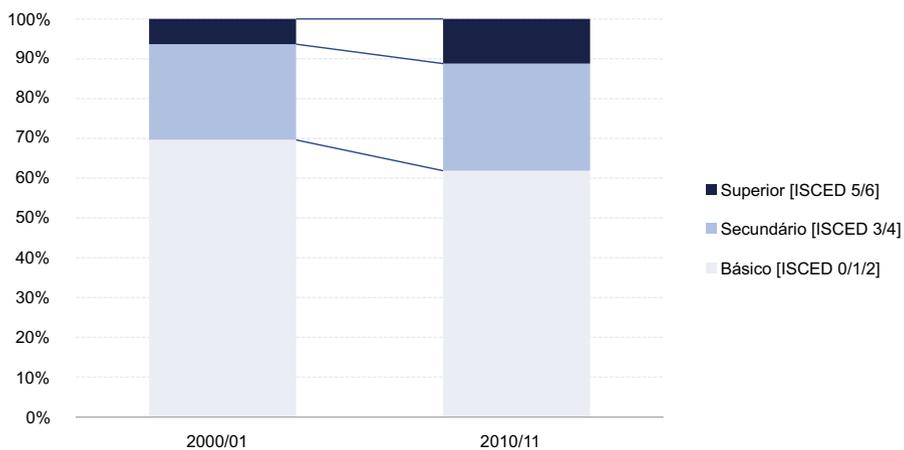


Gráfico 2.4 Nascidos em Portugal residentes em países da OCDE, 15 e mais anos, por grau de instrução, 2000/01 e 2010/11

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores da OCDE, Database on Immigrants in OECD Countries, DIOC-2000/01 e DIOC-2010/11 (Rev 3).

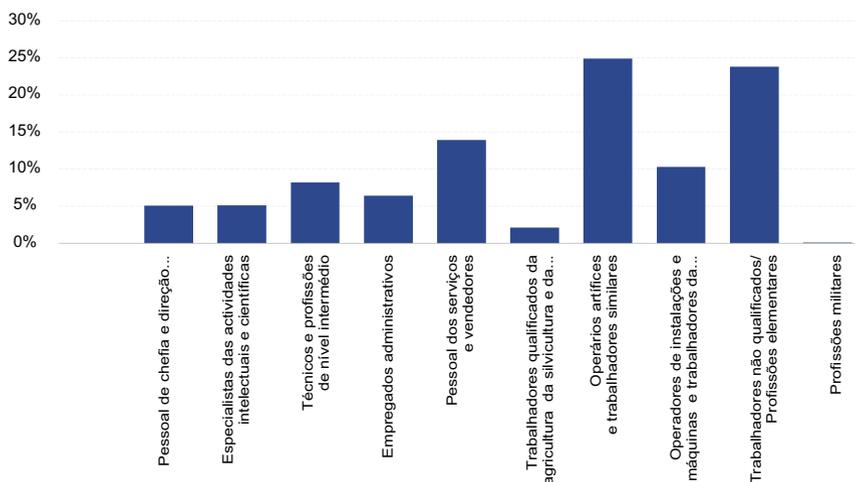


Gráfico 2.5 Nascidos em Portugal residentes em países da OCDE, 15 e mais anos, por profissões, 2010/11

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração com base nos dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

O contributo económico potencial da emigração: indicadores estatísticos

Remessas dos emigrantes

O valor das remessas recebidas em Portugal em 2020 foi superior a três mil milhões de euros (3,612,860,000), o que correspondeu a cerca de 1.8% do PIB daquele ano. Este valor representa um decréscimo de -1.4% em relação ao ano anterior, depois de dez anos consecutivos de crescimento das remessas.¹ Apesar do decréscimo, este é o terceiro valor mais alto da série em análise (1996-2020) — só se registaram valores superiores em 2001 e 2019, com 3,736,820,000 e 3,662,130,000, respetivamente — e é um decréscimo bastante inferior ao registado a nível mundial: -7.4%, segundo dados estimados pelo Banco Mundial.

Podemos identificar quatro fases na evolução das remessas portuguesas. Na primeira, entre 1996 e a entrada em vigor do euro, em 2002, observou-se um crescimento constante e acentuado do valor das remessas: mais

¹ Este subponto é adaptado da publicação Vidigal, Inês (2021), “Remessas 2020”, *OEm Fact Sheets*, 12, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMFS122021.

37% naqueles seis anos, em termos nominais. Na segunda, de 2002 a 2004, o valor das remessas desceu, continuando uma tendência que vinha detrás, mas que poderá ter sido ampliada por alteração dos critérios de registo das transferências financeiras no interior da nova zona euro. Na terceira, entre 2004 e 2011, o valor das remessas mantém-se estável, num patamar ligeiramente ondulado. Na quarta, que se iniciou em 2012, e se prolonga até 2019, regista-se uma subida anual de forma progressiva: mais 33% neste período. Ainda é cedo para avaliar se 2020 se traduzirá no começo de uma nova fase ou se é um ano de exceção. Tudo dependerá da evolução da pandemia de Covid-19.

Quando medidas em percentagem do PIB, as remessas têm um peso económico sempre decrescente desde 1996. Contudo, em 2006 e 2007, esse peso subiu ligeiramente, tal como nos últimos anos, a partir de 2012, para valores já próximos dos 2% do PIB. Encontra-se, porém, ainda longe dos valores observados no início do século (perto de 3% do PIB), e a uma distância ainda maior do pico da série pós-25 de Abril: quase 10% do PIB em 1979.

O peso económico das remessas aumenta quando medido em percentagem das exportações. Porém, também se regista um decréscimo dos valores entre 1996 e 2018. Verifica-se que, se em 2002, já na era do euro, as remessas correspondiam a cerca de 7% das exportações, essa percentagem foi decrescendo até estabilizar, a partir de 2005, entre os 4% e os 5%. Depois de, em 2019, o peso económico das remessas em percentagem do PIB e das exportações ter decrescido, verifica-se, em 2020, um crescimento. Esta inversão explica-se, essencialmente, por as remessas terem registado um decréscimo inferior aos do PIB e ao das exportações, em consequência da crise económica associada à pandemia.

Comparando os saldos dos valores recebidos por Portugal através das remessas e das transferências da União Europeia, isto é, a diferença entre o que Portugal recebe e envia, entre 1996 e 2001, verifica-se que o valor das remessas é superior ao das transferências vindas da UE, bem como entre 2015 e 2020. Já entre 2002 e 2014 regista-se o oposto: o valor do saldo das transferências é superior ao das remessas. Em consequência, a importância económica dos saldos das remessas e das transferências da UE em percentagem do PIB variam no mesmo sentido. É em 2001 que se observa o maior valor de remessas da série em análise. No entanto, em 2012, o valor do saldo das transferências da União é o mais elevado em termos absolutos (3,892,440,000). Enquanto se observou, desde 2012, um aumento progressivo do valor das remessas em Portugal, relativamente às transferências das UE verificou-se o contrário, havendo um decréscimo continuado até 2018, tendo em 2016 o valor destas ficado, pela primeira vez, abaixo de dois milhões. Em 2019 e 2020, o valor das transferências voltou a aumentar, enquanto em 2020 se verificou um decréscimo no saldo das remessas. Em 2020, o valor das remessas em relação ao das transferências foi superior em mais de 17%, sendo que, em termos

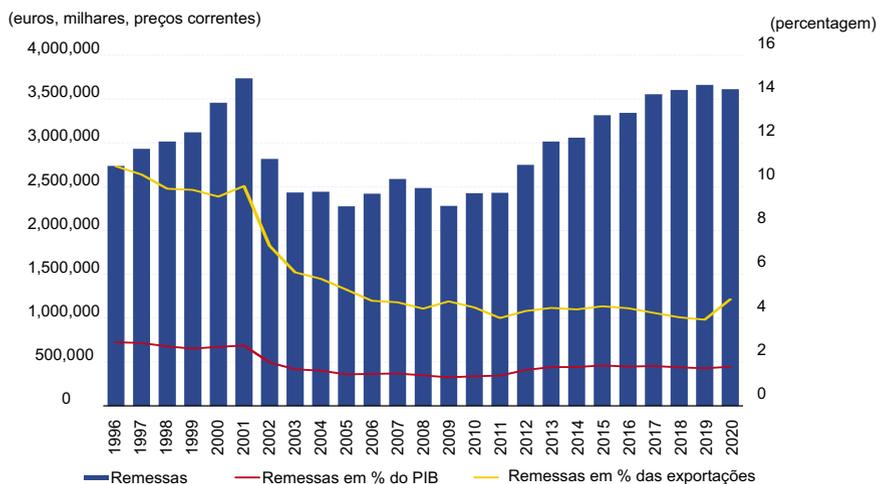


Gráfico 2.6 Comparação entre a evolução das remessas recebidas em Portugal e a evolução do PIB e das exportações, 1996-2020

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Banco de Portugal (remessas) e do Instituto Nacional de Estatística (PIB e exportações).

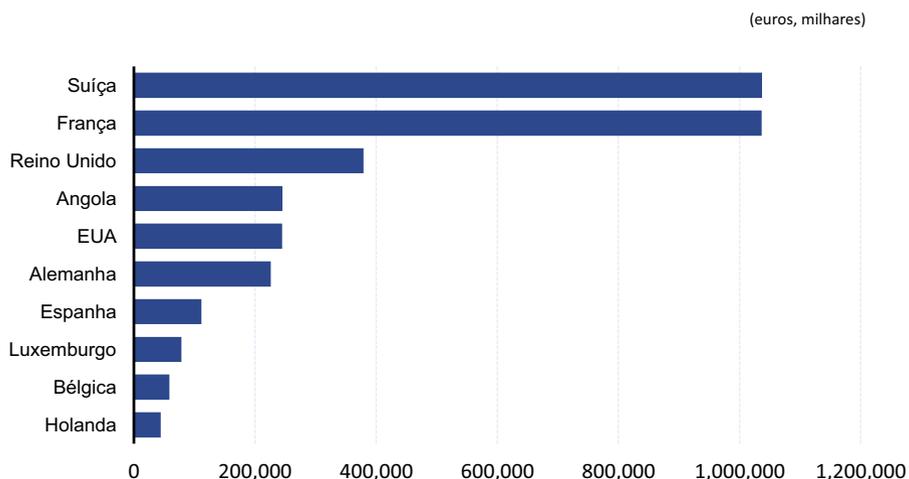


Gráfico 2.7 Remessas recebidas em Portugal, principais países de origem das transferências, 2020

Nota: As remessas oriundas destes dez países representam 96% do valor total das remessas recebidas em Portugal.

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Banco de Portugal

de percentagem do PIB, as remessas continuavam a valer mais, embora a margem fosse menor (1.5% e 1.3%, respetivamente). Porém, estamos ainda longe dos valores observados no início do século, quando tanto as remessas como as transferências representavam cerca de 3% do PIB.

Os dois países onde residem mais portugueses, Suíça e França, foram também os países de origem de mais de metade das remessas recebidas em Portugal em 2020, enviando cada um mais de 28% do total. Contudo, pela primeira vez desde a série em análise (2001-2020), a Suíça ultrapassou a França, tornando-se, em termos nominais, a principal origem das remessas dos emigrantes portugueses (1,037,020, em relação a 1,036,570 registadas para França). O terceiro país foi o Reino Unido, de onde provieram 11% das remessas recebidas, indicador que vem reforçar o reconhecimento da importância que este país adquiriu como principal destino da emigração portuguesa no período pós-crise económica.

Empréstimos concedidos a emigrantes por bancos portugueses

O valor dos empréstimos concedidos a emigrantes por bancos portugueses em 2020 atingiu quase os 24 mil milhões de euros (23,913,700,000), o que correspondeu a cerca de 1.7% do valor total de empréstimos concedidos por bancos portugueses naquele ano. Este foi também o primeiro ano em que não se registou um decréscimo, depois de três anos consecutivos de descida.

É possível distinguir quatro fases na evolução dos empréstimos concedidos a emigrantes portugueses. Entre 1980 e 1987, observaram-se crescimentos anuais constantes e acentuados, registando-se nesta fase as maiores taxas de crescimento dos empréstimos: +87.3% em 1981, maior crescimento anual da série. De 1988 a 1995, registou-se uma tendência decrescente no valor dos empréstimos concedidos aos emigrantes. No entanto, este decréscimo não foi acompanhado pelo total dos empréstimos concedidos por bancos portugueses, que continuou a crescer. Entre 1996 e 2011, ano em que se atinge o pico da série (26,409,400,000), verifica-se um crescimento sustentado, apenas se registando um decréscimo de 5% em 2003. A partir de 2012, e até 2019, a tendência inverte-se e observa-se um novo período de decréscimo dos empréstimos concedidos a emigrantes por bancos portugueses, registando-se apenas uma exceção em 2016, quando se verificou um aumento de 1%. Nesta última fase, de decréscimo dos empréstimos concedidos a emigrantes, regista-se também uma diminuição no total dos empréstimos concedidos por bancos portugueses entre 2012 e 2017, sendo este o único período de decréscimo do total de empréstimos em toda a série. Ainda de destacar que durante este período, entre 2013 e 2017, a descida é mais acentuada no total dos empréstimos do que no concedido a emigrantes. Sendo 2020 um ano de exceção, por motivos já identificados, e não se tendo registado nem um aumento nem um decréscimo dos empréstimos concedidos em relação a 2019, teremos que aguardar para ver

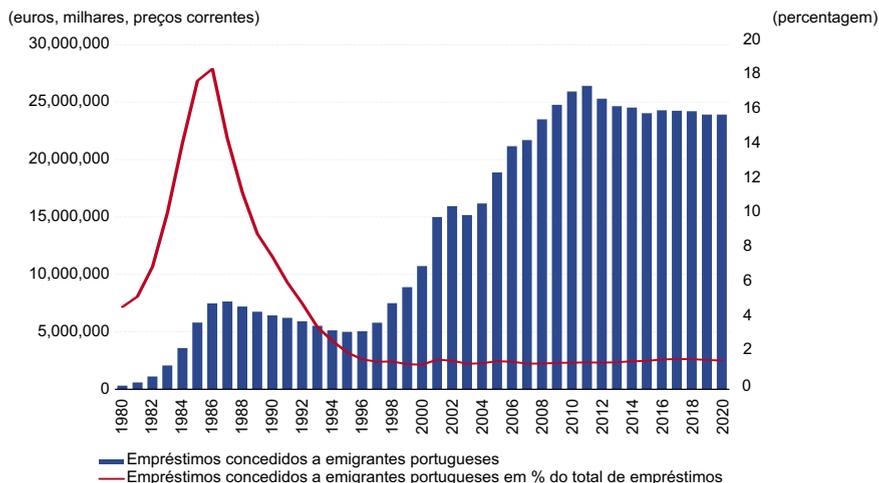


Gráfico 2.5 Evolução dos empréstimos concedidos a emigrantes portugueses, 1980-2020

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Banco de Portugal.

se a tendência de decréscimo se manterá ou se irá ser iniciada uma nova fase.

Quando medidos em percentagem do total de empréstimos concedidos por bancos portugueses, o peso dos empréstimos concedidos a emigrantes portugueses tem vindo a diminuir. Contudo, parece existir desde 1996 uma tendência para a estabilização, com os empréstimos concedidos a emigrantes a oscilar entre os 1.4% e os 1.8%. Encontra-se, porém, ainda longe dos valores observados no início dos anos 90 (cerca 8%), e a uma distância ainda maior do pico: quase 19% do PIB em 1986.

Depósitos de emigrantes em bancos portugueses

Em 2020, o valor dos depósitos de emigrantes em bancos portugueses foi superior a 72 mil milhões de euros (72,111,200,000), o que correspondeu a cerca de 3.8% do valor total dos depósitos em bancos portugueses naquele ano. Este é o quarto ano consecutivo em que se registou uma diminuição no valor depositado pelos emigrantes.

É possível distinguir três fases na evolução dos depósitos de emigrantes em bancos portugueses. Entre 1980 e 1997, observaram-se crescimentos anuais constantes e acentuados, registando-se nesta fase as maiores taxas de crescimento dos depósitos e o valor anual mais elevado da série em análise (171,744,100,000 em 1997). Entre 1981 e 1985, o ritmo a que a taxa de variação anual dos depósitos dos emigrantes cresce é superior à do valor total dos depósitos, o que indica um aumento mais acentuado dos depósitos dos

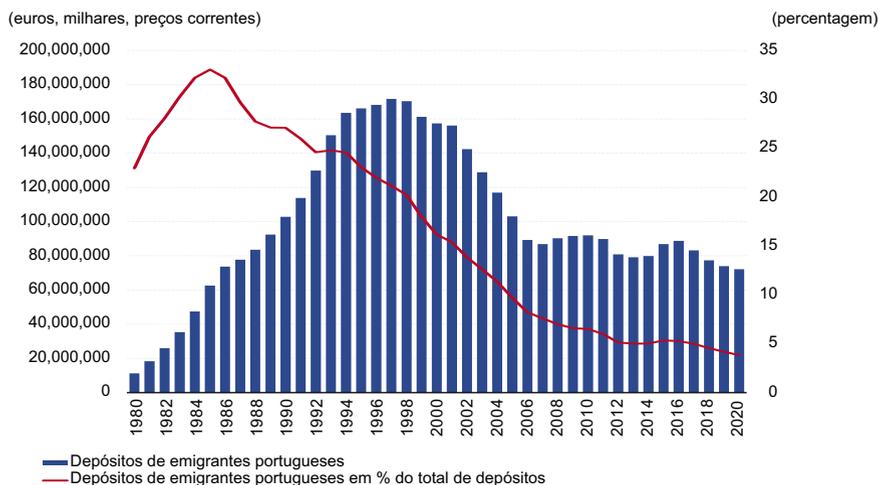


Gráfico 2.9 Evolução dos depósitos de emigrantes portugueses, 1980-2020

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Banco de Portugal.

emigrantes em bancos portugueses neste período. De 1998 a 2007, regista-se uma tendência decrescente no valor dos depósitos, que se acentua entre 2002 e 2006. De salientar que o decréscimo verificado no depósito dos emigrantes não é acompanhado pelo total de depósitos, que aumenta, embora a um ritmo mais baixo (com exceção de 2003, em que decresce 1%). Por último, entre 2008 e 2020, entra-se num patamar ligeiramente ondulado, marcado por períodos de crescimentos e decréscimos pouco acentuados, a cada três anos. Esta flutuação no depósito dos emigrantes, mais uma vez, não é acompanhada pelos depósitos totais, que apenas registam uma variação negativa em 2017 (-0.6%).

Quando medidos em percentagem do total de depósitos em bancos portugueses, o peso dos depósitos dos emigrantes portugueses tem vindo a diminuir progressivamente desde 1985. Contudo, parece existir uma desaceleração do decréscimo desde 2012, com os depósitos dos emigrantes a oscilar entre os 5.3% e os 3.8%. De destacar que, em 2020, com os depósitos dos emigrantes portugueses em bancos portugueses a alcançarem os 3.8%, se atinge o valor mais baixo de toda a série, encontrando-se muito longe dos valores observados no início dos anos 90 (cerca 27%), e a uma distância ainda maior do pico: mais de 33% do PIB em 1985.

Taxa de depósitos de emigrantes

O indicador “taxa de depósitos de emigrantes” difere do indicador “depósitos de emigrantes em bancos portugueses” por alguns motivos, mas é de

salientar que o que está a ser contabilizado nesta taxa é o peso do valor dos depósitos dos emigrantes em relação ao valor total dos depósitos realizados em Portugal. Ainda de salvaguardar que o Instituto Nacional de Estatística (responsável por este indicador), ao contrário do Banco de Portugal (responsável pelo indicador “depósitos de emigrantes em bancos portugueses”), contabiliza, além dos depósitos realizados nos bancos portugueses, também os realizados em caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

Em relação ao valor para Portugal, verifica-se um decréscimo da taxa de depósitos de emigrantes entre 2000 e 2019, havendo apenas dois anos em que se registam aumentos: 2009 e 2015. O valor mais alto registado corresponde ao inicial da série (8.74% em 2000), enquanto o valor mais baixo corresponde ao último ano disponível (2.67% em 2019), sendo que a variação entre estes dois anos é de -69%.

Fazendo uma análise por NUTS II, verifica-se que os depósitos dos emigrantes têm maior relevância em determinadas regiões do País. A Região Autónoma da Madeira é, ao longo de toda a série, a região em que os depósitos dos emigrantes têm um peso superior, embora este peso tenha também vindo a diminuir, passando de 27.97% em 2000 para 6.38% em 2019. A Região Autónoma dos Açores é, até 2010, a segunda região em que taxa de depósitos tinha maior relevância. A partir de 2011 a região Centro e a região Norte passam a ocupar a segunda e terceira posição, relegando os Açores para o quarto lugar.

No espectro oposto e durante o período analisado, a Área Metropolitana de Lisboa é aquela em que os depósitos dos emigrantes têm um menor peso no total de depósitos, constatando-se que o seu peso também tem vindo a baixar, passando de 1.68%, em 2000, para 0.94%, em 2019. Seguem-se o Alentejo e o Algarve como regiões em que o peso dos depósitos dos emigrantes é muito baixo em relação ao total dos depósitos realizados.

Afunilando a análise ao nível do município, verifica-se que ao longo de toda a série (2000 a 2019) a maioria dos municípios com as taxas mais baixas de depósitos de emigrantes se situam no Alentejo. Monforte, Sousel, Alandroal, Arronches, Marvão, Redondo e Fronteira são os municípios em que, ao longo deste período apresentam valores mais reduzidos, sendo o valor mais baixo da série em análise de 0.03%, registada em Marvão, em 2008, e em Arronches, de 2009 a 2011. Como seria expectável, nos municípios com menores taxas encontram-se ainda alguns da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve. Há, no entanto, duas exceções fora destas regiões: o município do Corvo, em 2003 (0.64%), e o do Porto, em 2013 (0.66%).

Em sentido contrário, é também ao nível municipal que se observa a importância que tem a Região Autónoma dos Açores, até 2010, com Vila do Porto a ser, até 2005, o município em todo o País com maior taxa de depósito de emigrantes: 73.28% em 2000, 74.55% em 2001, 73.85% em 2002, 73.65% em 2003, 72.90% em 2004 e 72.26% em 2005. Em toda a série, nenhum outro município tem uma taxa que ultrapasse 50% dos depósitos totais. Mesmo com o

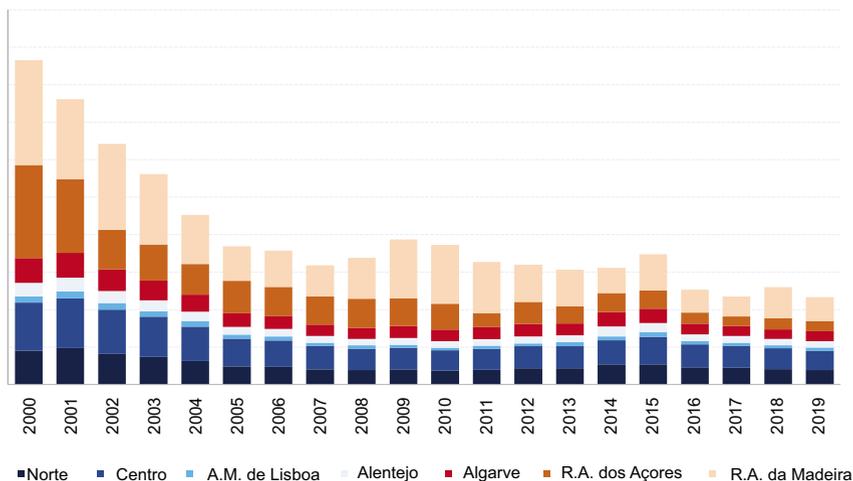


Gráfico 2.10 Evolução da taxa de depósitos de emigrantes em bancos portugueses, por NUTS II, 2000-2019

Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Instituto Nacional de Estatística.

abrandamento dos depósitos em Vila do Porto a partir de 2006, Ponta Delgada e Povoação ajudam os Açores a manterem-se como a segunda região mais importante até 2010.

Ao contrário do que acontece com os Açores, no caso da Madeira não há um município que se destaque na contribuição para tornar a região naquela que tem o maior peso da taxa de depósito dos emigrantes do País. Dos seus 11 municípios, apenas em dois os depósitos não têm, nunca, um peso superior a 15% do total.

Já a região Norte de Portugal é a aquela que, ao longo da série em análise, regista um maior número de municípios em que a taxa de depósito de emigrantes é elevada, dos quais se destacam: Melgaço (valor mais elevado nos anos 2006 a 2010, 2014 e 2016 a 2019), Arcos de Valdevez, Sernancelhe, Ribeira de Pena e Boticas. Por fim, na zona Centro destacam-se os municípios de Vila Nova de Paiva (valores mais elevados em 2011 e 2015), Sabugal e Celorico da Beira.

Geograficamente, denota-se uma maior relevância da taxa de depósitos de emigrantes na Regiões Autónomas da Madeira e em diversos municípios dos Açores, do Centro e do Norte em relação ao resto do País.

Referências bibliográficas

- Brubaker, Rogers (2005) "The 'Diaspora' Diaspora", *Ethnic and Racial Studies*, 28 (1), pp. 1-19.
- Cohen, Robin (1997), *Global Diasporas: An Introduction*, London, UCL Press.
- Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, Inês Espírito-Santo, Inês Vidigal e Ana Cristina Ribeiro (2015), *Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2015*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI:10.15847/CIESOEMRE022015
- Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, Inês Vidigal e Carlota Moura Veiga (2020), "A emigração portuguesa no século XXI", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 94, pp. 9-38. DOI: 10.7458/SPP20209419573
- Pires, Rui Pena, Joana Azevedo, Inês Vidigal e Carlota Moura Veiga (2020), *Emigração Portuguesa 2020: Relatório Estatístico*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMRE072020
- Van Hear, Nicholas (1998), *New Diasporas: The Mass Exodus, Dispersal and Regrouping of Migrant Communities*, Londres, UCL Press.
- Vidigal, Inês (2021), "Remessas 2020", *OEm Fact Sheets*, 12, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMFS122021
- Vidigal, Inês (2021), "Migration and mobility after the pandemic: interview with Alan Gamlen", *OEm Conversations With*, 22, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMCW222021